

REPRESENTAÇÕES DO PODER POLÍTICO NA LITERATURA - O EXEMPLO DE VIRIATO

Luís MARTINS

1 - Introdução

É intenção deste artigo tornar patente, através do caso paradigmático de Viriato, as sempre estreitas ainda que indirectas relações entre o poder político e a literatura, ambos como configurações momentâneas da História.

Assim, tematizamos a personagem "Viriato" ao longo dos últimos 500 anos, de Sá de Miranda a João Aguiar, num périplo que destaca as mais importantes narrativas sobre Viriato, tendo em conta ser impossível num artigo único atravessar a totalidade dos romances e poemas sobre os Lusitanos e Viriato. No entanto, tivemos o cuidado de seleccionar as narrativas que evidenciassem, de um modo claro, as diversas alterações na imagética politico-literária de Viriato segundo as formas de Estado e as revoluções históricas sofridas por Portugal ao longo do último meio milénio: Expansão, perda da Independência, Restauração, Constitucionalismo Monárquico, I República, Estado Novo e III República, excluindo o Absolutismo do século XVIII, já que, neste caso, a imagem viriatina de herói e chefe supremo, provinda do século XVII, não sofreu profundas alterações.

Deste modo, desdobramos o percurso imagético-simbólico da personagem literária "Viriato" em quatro momentos historicamente distintos, correspondentes a outros tantos quatro "Viriatos":

- a - o Viriato que, contra a descrição dos autores latinos, traduzidos no Renascimento, e contra as páginas dedicados a Viriato e aos Lusitanos na *Crónica Geral de Espanha de 1344*, foi imageticamente interiorizado como "português" nos séculos XVI e XVII, distinguindo-se a simbólica viria-

tina deste primeiro século (Sa de Miranda e Luis de Camões) da de frei Bernardo de Brito (perda da independência de Portugal) e de Brás Garcia Mascarenhas (Portugal Restaurado);

- b - o Viriato "português" e "romântico", de Teófilo Braga, um Viriato que recusa o título de "rex" porque neste título e no regime monárquico se encontram o germe da desigualdade social (Teófilo Braga insere-se no vasto movimento republicano do final do século XIX) e que, por vezes, identifica o "estrangeiro" romano com a Inglaterra (o autor escreve posteriormente ao Ultimatum de 1890), um Viriato possuidor de todos os traços simbólicos do "génio" romântico, inclusive da espada mágica, como substituto de *ex callibur*, do supremo mago Edivor, como substituto de Merlin, e de uma ilha encantada, como substituto da de Avalon;
- c - o Viriato "português", "romântico" e "nacionalista" de João de Barros que, na primeira metade do século XX, adaptando o poema épico *Viriato Tragico* (Brás Garcia Mascarenhas, segunda metade do século XVII) para "as crianças e o povo", torna Viriato num extremado patriota que tudo sacrifica em nome do território e da ideia de "Lusitânia eterna", identificada com Portugal;
- d - a III República, nascida em 25 de Abril de 1974, gerou igualmente um outro "Viriato", inscrito no romance *A Voz dos Deuses*, de João Aguiar, indubitavelmente a mais séria e literariamente conseguida narrativa sobre os Lusitanos e Viriato: o Viriato "liberal" e "racionalista", que se preocupa com a sorte das mulheres, convive com chefes homossexuais, deseja a unificação real das tribos lusitanas (contrariamente a Teófilo Braga, que desenha um Viriato quase republicano, João Aguiar e monárquico), um Viriato racionalista que, embora a todos ouvindo, apenas decide em função da estratégia militar, um Viriato com o dom da "eloquência" e da "diplomacia", buscando consensos entre os chefes lusitanos, um Viriato que, como a credibilidade do tempo actual o obriga, se acorda com os dados da ciência histórica e, portanto, abandona a sua ancestral carga mítico-patriótica.

Analisemos com alguma demora cada uma destes quatro imagens político-literárias que têm desenhado mitica e historicamente a figura de "Viriato".

2 - Viriato "Português"

Ao longo do período da Expansão, são literariamente traçados os contornos simbólicos da dupla imagem viriatina que até aos nossos dias iluminará a figuração histórica deste chefe lusitano. Neste aspecto particular, as mais

importantes referências histórico-literárias que encontramos, neste período, são as de Sá de Miranda e de Luís de Camões. Serão estes autores que, possivelmente fazendo-se eco da leitura das traduções portuguesas dos autores latinos que abundavam no Renascimento, fixarão a imagética que, desde então, por afirmação reiterada (frei Bernardo de Brito, Brás Garcia Mascarenhas, Teófilo Braga, Mendes Corrêa/A. Schulten, João de Barros) ou por negação absoluta (Alexandre Herculano, António Sérgio, Amílcar Guerra/Carlos Fabião) têm composto o conjunto de vectores simbólicos sintetizados na dupla imagem histórico-mítica de Viriato.²

Esta dupla imagem pode ser sintetizada do seguinte modo:

- a – destaca-se na imagética clássica viriatina os traços míticos do “patriarca” ou “Avô da Pátria”, enquanto seu fundador longínquo, espécie de raiz primordial de Portugal, que Fernando Pessoa, no século XX, tão bem cristalizará designando Viriato como uma figura de “antemanhã”,³ uma espécie de sol nascente eticamente exemplar, cuja lisa conduta face aos seus companheiros e face ao estrangeiro constituir-se-á como paradigma moral para os portugueses de sempre; encontramos aqui delineada a **imagética moral**⁴ de Viriato, que Sá de Miranda acentuará;
- b – Viriato surge também como padrão militar e heróico cujo exemplo ressoará e será imitado pela longa genealogia de homens ilustres que compõem o destino de Portugal; encontramos aqui delineada a **imagética de exemplar bravura militar** face a inimigos poderosos e às adversidades de Portugal, que Luís de Camões acentuará fortemente.

Em Sá de Miranda, encontramos uma importante referência a Viriato na “Carta a António Pereira, Senhor do Basto, Quando se Partiu para a Corte co’a Casa Toda”.⁵ Leiamos um excerto desta “Carta”, redigida em data incerta, mas sempre depois de 1529/30 (casamento e instalação de Sá de Miranda no Minho):

Como eu vi correr pardaus
Por Cabeceiras de Basto,
cresceram cercas e gasto,
vi, por caminhos tão maus,
tal trilha e tamanho rasto.

Logo os meus olhos ergui
à casa antiga e à torre,
e disse comigo assi:
“Se Deus não nos val aqui,
perigoso imigo corre!”

Não me temo de Castela,
 donde inda guerra não soa;
 mas temo-me de Lisboa,
 que, ao cheiro desta canela,
 o Reino nos despvoa.

E que algum embique e caia,
 (afora vá o mau agouro!)
 falar por aquela praia
 da grandeza de Cambraia,
 Narsinga das torres d'ouro!

Ouves, Viriato, o estrago
 que cá vai dos teus costumes?
 Os leitos, mesas e os lumes,
 todo cheira: eu óleos trago;
 vem outros, trazem perfumes.

E ao bom traje dos pastores,
 com que saiste à peleja
 dos Romãos tam vencedores,
 são mudados os louvores;
 não há quem t'haja enveja.

Sã de Miranda socorre-se da figura de Viriato como arquétipo moral de Portugal, evidenciando por antítese uma acelerada dissolução de costumes sociais trazida pela riqueza Quinhentista proveniente da "canela", dos "pardaus" (moeda corrente na Índia) e pela atracção mirífica de "Cambraia" e "Narsinga". Assim, Sã de Miranda focaliza a imagem de Viriato comparando o carácter ímpoluto e heróico deste, que, usando o "traje dos pastores" (índice semântico de simplicidade e austeridade), saiu dos "Romãos" vencedor, com o carácter dos portugueses de Quinhentos que, "ao cheiro desta canela" e atraídos pela riqueza do Oriente, "o Reino nos despvoa". Ou seja: se os Portugueses persistirem no exemplo espartano de Viriato, serão vencedores de outros povos; mas, se se abandonarem aos usos de "perfumes", correndo atrás de "pardaus", só se salvarão se "Deus" os valer "aqui", onde **o "imigo" é o próprio português**. A escrita desta "Carta", na primeira metade do século XVI, num tempo em que a nobreza do interior de Portugal abandonava as quintas e os solares para assumir a função de simples cortesã, sem um útil papel social, vem definitivamente cristalizar a imagem mítica de Viriato como paradigma moral da nação, figura de pastor ímpoluto que, devido às suas qualidades exemplares, conseguiu dificultar longamente o domínio romano na Península Ibérica.

Em **Os Lusíadas**,⁶ escrito na segunda metade do século XVI (1ª edição de 1572), Luís de Camões fixa definitivamente a segunda vertente imagética da figura histórico-mítica de Viriato. Camões representa Viriato como o "patriarca" militar dos portugueses, o modelo originário e o motor de heroísmo a partir dos quais se conformam todos os feitos ilustres dos portugueses, seja enquanto defesa bélica do território português, seja enquanto promotor "Da lusitânea antiga liberdade" (I, 6), isto é, dos valores da liberdade e independência nacionais, seja, ainda, enquanto exemplo militar e moral dos feitos que os Portugueses estavam então realizando nos "novos mundos" do mundo.

No "Concílio dos Deuses", do Canto I, Camões põe no discurso de Júpiter a descrição daquela "forte gente" que eram os Portugueses:

Eternos moradores do luzente,
Estelífero Pólo e claro Assento:
Se do grande valor da forte gente
De Luso não perdeis o pensamento
Como é dos Fados grandes certo intento
Que por ela se esqueçam os humanos
De Assírios, Persas Gregos e Romanos.

Já lhe foi (bem o vistes) concedido,
Cum poder tão singelo e tão pequeno,
Tomar ao Mouro forte e guarnecido
Toda a terra que rega o Tejo ameno;
Pois contra o Castelhana tão temido
Sempre alcançou favor do céu sereno;
Assi que sempre, enfim, com fama e glória,
Teve os troféus pendentes da vitória.

Deixo, Deuses, atrás a fama antiga,
Que co'a gente de Rómulo alcançaram,
Quando com Viriato, na inimiga
Guerra romana, tanto se afamaram;
Também deixo a memória que os obriga
A grande nome, quando alevantaram
Um por seu capitão, que, peregrino,
Fingiu na cerva espírito divino.

(I, 24 - 26)

Júpiter declara que os Portugueses já venceram o "Mouro forte e guarnecido" e o "Castelhana tão temido" e, numa autêntica viagem no tempo, que reflecte o saber histórico renascentista, recua a Viriato e a Sertório (este identificado pela

lenda da “cerva” ou corça, que o seguiria e lhe sussurraria ao ouvido as táticas militares romanas – três últimos versos). Nestas estâncias, a figura de Viriato é moldada historicamente segundo a “fama antiga” que os Portugueses levantam, tendo vencido sempre os seus inimigos: os romanos, enquanto ainda Lusitanos, os mouros e os castelhanos. E se estes povos surgem como os três inimigos dos portugueses na constelação imagética de Camões, as três figuras “heróicas” deles vencedores são Viriato (I, 26), D. Afonso Henriques (III, 30 a 84) e Nuno Álvares Pereira (IV, 13 a 50).

No Canto III, o discurso de Vasco da Gama ao “rei” de Melinde permite uma caracterização ainda mais clara da figura de Viriato no imaginário camoniano. Vasco da Gama trata, em primeiro lugar, da “larga terra” (III, 5), relatando elementos identificadores da geografia humano-mítica da Europa (III, 6-16); seguidamente, caracteriza a própria Europa (III, 17-19), e, finalmente, descreve Portugal, designando-o como “Reino Lusitano” (III, 30), “Ditosa pátria minha amada” (III, 21). Assim, depois de lermos Camões concentrar geográfica e literariamente o Mundo na Europa, a Europa na “Espanha” e esta em Portugal, trata-se agora de saber como estabelecerá a mais antiga, primitiva e originária separação entre “Espanha” (no sentido de totalidade da Península Ibérica) e Portugal. E a resposta vem logo na estância seguinte:

Esta é a ditosa pátria minha amada,
A qual se o Céu me dá que eu sem perigo
Torne com esta empresa já acabada,
Acabe-se esta luz ali comigo.
Esta foi Lusitânia, derivada
de Luso ou Lisa, que de Baco antigo
Filhos foram, parece, ou companheiros,
E nela então os incolas primeiros.

Desta o Pastor nasceu, que no seu nome
Se vê que de homem forte os feitos teve,
Cuja fama ninguém virá que dome,
Pois a grande de Roma não se atreve.
Esta, o velho que os próprios come,
Por decreto do Céu, ligeiro e leve,
Veio a fazer no mundo tanta parte,
Criando a Reino ilustre, e foi desta arte:

(III, 21-22)

Assim, a Lusitânia, donde os Portugueses derivam por continuidade histórica, segundo Camões, surge como a diferença específica entre a “Espanha” e Portugal; e Viriato, como chefe da Lusitânia, surge igualmente e conseqüentemente como

pai histórico ancestral dos Portugueses. Por isso, o nome de "Viriato" não pode ser um nome comum, mas, como o de todos os "patriarcas" históricos, tem de possuir um significado simbólico e ontológico que reflecta desde logo a sua imagética mítica: Camões aponta, nos dois primeiros versos da estância 22, a origem etimológica do nome de "Viriato" como proveniente do substantivo latino **vir**, **vir**,⁷ que designa homem forte, nobre, ilustre.

Deste modo, a figuração lendária de Viriato surge, em Camões, como o elemento distintivo ou o primeiro marco histórico-mítico que terá originariamente retirado Portugal da indeterminação geográfica (a "Espanha") e da indeterminação temporal, e que, como modelo e fermento, ecoará na geração de heróis cujos feitos, seguindo o seu exemplo, originou o Portugal das Descobertas.

É justamente por esta identificação territorial entre a região dos Lusitanos e Portugal e por esta identificação moral e militar, ambas de natureza mítico-imagética (isto é, sem fundamentação em fontes históricas seguras), que Camões se permitirá designar abundantemente Portugal por "Reino Lusitano" e os "Portugueses" por "Lusitanos".

Porém - e esta distinção é muitíssimo importante - Camões não inverte a ordem dos termos, designando os "Lusitanos" por "Portugueses", tornando historicamente indistintos ambos os povos, o que só acontecerá (tanto quanto sabemos) 25 anos depois, na "Parte I" da *Monarquia Lusitana* de frei Bernardo de Brito (1597).

Se, em Sá de Miranda, o apelo à figura de Viriato envolve-se de considerações morais e se, em Luís de Camões, a imagética viriatina funciona como uma espécie de certidão de nascimento heróico de Portugal, embora ambos os autores possuam uma vinculação ideológica à atmosfera do poder político ligado à Expansão, seja utilizando o nome de Viriato para a glorificação desta (Camões), seja para a sua crítica moral (Sá de Miranda), os autores que, de um ponto de vista cronológico, tratam imediatamente a seguir o tema de Viriato e dos Lusitanos, frei Bernardo de Brito e Brás Garcia Mascarenhas, já possuem uma perspectiva muito diferente.

De facto, o tornado ideológico que consistiu na derrota de D. Sebastião em Alcácer-Quibir, em 1578, a consequente perda da independência de Portugal, em 1580, e a aclamação de Filipe II de Espanha como Filipe I de Portugal nas Cortes de Tomar, em 1581, terá fortíssimas repercussões na imagética histórico-mítica de Viriato, que a literatura exprimirá muito solidamente. Enquanto em Sá de Miranda e Luís de Camões, como vimos, era postulada uma genealogia moral, militar e territorial entre os Lusitanos e os Portugueses, o que provocava semelhante identificação entre Viriato e os Portugueses "ilustres", nos dois autores seguintes, um sob o efeito da perda de independência de Portugal (frei Bernardo de Brito), outro sob o efeito das Guerras da Restauração (Brás Garcia Mascarenhas), de que

foi um "herói", estas genealogia e identificação propostas no século XVI são de tal modo absolutizadas e extremadas que, verdadeiramente, **a identificação entre "Lusitanos" e "Portugueses"** deixa de ser apenas moral e militar, de natureza genealógica e mítica, e **passa a ser total**: os Lusitanos são os Portugueses de antigamente e os Portugueses de hoje (século XVII) são os Lusitanos de antigamente. Assim, em frei Bernardo de Brito e em Brás Garcia Mascarenhas, nos livros *Monarquia Lusitana*⁸ e *Viriato Trágico*, respectivamente, os lusitanos que combatem os romanos são amiúde designados por "Portugueses", estabelecendo-se deste modo uma continuidade histórica real e factual que não só não estava contida em Sá de Miranda e em Luis de Camões, como igualmente nenhum fonte documental objectiva podia então (como hoje) comprovar.

Torna-se evidente que foram as profundas alterações motivadas pela ocupação castelhana de Portugal, no caso de frei Bernardo de Brito, e pela Restauração, no caso de Brás Garcia Mascarenhas, que provocaram uma igual alteração na imagem literária de Viriato. Por isso, se em 1572, Luis de Camões apenas usa uma vez o qualificativo de "liberdade" para caracterizar a acção dos Lusitanos (I, 6), em 1597, frei Bernardo de Brito já usa abundantemente expressões como "livre" e "liberdade" para qualificar a acção dos Lusitanos. A repercussão das alterações do poder político nacional na construção semântica da narrativa histórico-literária de frei Bernardo de Brito torna-se, por vezes, tão manifesta que, intercalados na descrição das façanhas dos Lusitanos ditos "portugueses", este autor não se coíbe de evidenciar intenções político-ideológicas totalmente exteriores ao fio narrativo, como esta, por exemplo: "Não me detenho em culpar os três fementidos (que mataram à traição Viriato e não pertenciam à "tribo" lusitana, *nosso*) porque se forão portugueses, então merecião toda infamia, mas sendo doutra nação, o nome estrangeiros lhe (*sic*) basta" (Parte I, Livro III, Cap. X, p. 236 v., doravante: I, III, X, 236 v.). A identificação do epíteto de "estrangeiros" para designar os que mataram Viriato não pode ter outro sentido, em 1597, que o de evidenciar uma ligação de continuidade histórica entre Viriato e os Portugueses dos finais do século XVI e princípios do XVII, bem como a de evidenciar a ligação entre os "de outra nação" e os Castelhanos.

Em outro passo, encontramos como que um alerta e uma acusação de frei Bernardo de Brito aos seus concidadãos portugueses. Confessa ele que uma das intenções do seu livro é a de que vejam "... os Portugueses que hoje vivem, em tão claro espelho, a diferença que há das suas obras às dos antigos, e se confundam (se admirem, *nosso*) consigo próprios, pois não há ocasião de maior afronta que repreender um cobarde com as valentias dos seus antepassados" (I, III, I, 210). É esta uma forte acusação aos Portugueses seus coevos, que põe a nu a mais funda motivação da escrita da *Monarquia Lusitana*, e, para o caso que nos interessa, denuncia o tratamento literário obliquamente patriótico dado ao tema dos Lusitanos e de Viriato.

Esta vertente patriótico-literária de frei Bernardo de Brito encontra-se tanto e tão fortemente assinalada ao longo da Parte I, Livro III da *Monarquia Lusitana*, onde se narram as histórias de Viriato e dos Lusitanos, que a dificuldade reside, não em prová-la, mas em seleccionar as frases mais expressivas para sua ilustração. "Portugueses", "gente Portuguesa" e "nossa gente" com o significado de Portugueses num contexto ibérico 150 anos a. C. surgem frequentemente no texto (I, III, II, fls. 212, 213 e I, III, III, 214 v); Viriato é igualmente classificado, por exemplo, como "defensor comum da liberdade da pátria" portuguesa (I, III, II, 212), como se Viriato fosse possuidor da consciência de uma identidade nacional que, mais tarde, se chamaria Portugal ou nação portuguesa. Em outras frases, frei Bernardo de Brito parece opor, no tempo dos Lusitanos, as duas regiões de Espanha e Portugal, como se então já fossem países distintos e como se os Castelhanos de Quinhentos e Seiscentos fossem descendentes dos Romanos; por exemplo, em I, III, III, 214 v., frei Bernardo de Brito escreve: "Viriato passeava com os seus Portugueses pelo meio de Espanha", e, em I, III, VI, 221, escreve: "Neste próprio ano em que Fábio andou em Espanha contra Viriato, acho, pelas inscrições e letreiros antigos de Cireaco Anconitano, que veio a Portugal o cônsul Lúcio Mencino". Tal constatação é corroborado por outras afirmações de frei Bernardo de Brito, como, por exemplo: "... a quantos se estendem as forças e as manhas dos Romanos e Portugueses ..." (I, III, III, 215) e "Onde se há-de notar a singeleza dos nosso Portugueses, que vendo os Romanos seus inimigos ..." (I, III, IV, 218 v.), como se, de facto, não existisse apenas um paralelismo histórico circunstancial, mas houvesse de facto uma real linhagem de continuidade entre Lusitanos e Portugueses e entre Romanos e Castelhanos. E o enaltecimento da glória dos Lusitanos-Portugueses é tão elevado que frei Bernardo de Brito não hesita em atribuir a fundação de Roma, não a Rómulo e Remo, mas aos próprios Lusitanos através do casamento da donzela lusitana de nome Roma (I, I, XIII, 34 e 34 v.).

O poema *Viriato Trágico*,⁹ publicado em 1699, em edição póstuma,¹⁰ é indubitavelmente escrito segundo uma mentalidade restauracionista e fortemente anti-castelhana. Sendo o autor participante em diversas batalhas no Alentejo e nas Beiras contra Castela e, posteriormente, nomeado por D. João IV como comandante da praça de Alfaiates, a criação deste longuíssimo poema épico nos Invernos de Avô, sua terra natal, repousando entre as batalhas, e, posteriormente, continuado e acabado nos seus últimos anos de vida nesta mesma terra beirã, reflecte quase directamente as situações de guerra vividas por Brás Garcia Mascarenhas.

António de Vasconcelos, na sua longa e apurada biografia sobre Brás Garcia Mascarenhas, não esconde a total identificação operada neste poema entre Lusitanos e Portugueses: "Esta aproximação vai tão longe, o poeta identifica tão completamente os generais e capitães de Viriato com os de el-rei D. João IV, que,

VIRIATO

TRAGICO

EM

POEMA HEROICO

ESCRITO POR

BRAS GARCIA MASCARENHAS

*natural da Villa de Avòna Provincia da Beyra, &
Governador, que foy da Praça de Alfayates
na mesma Provincia.*

OBRA POSTHUMA.

OFFERECIDA AO SERENISSIMO PRINCIPE

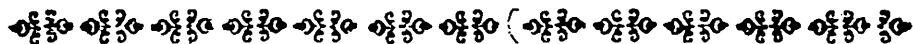
DOM IOAM

QUE DEOS GARDE.

POR

BENTO MADEYRA DE CASTRO

Cavaleyro Professo da Ordem de Christo.



EM COIMBRA, *Com as licenças necessarias.*

Na Officina de ANTONIO SIMOENS Impressor da Uni-
versidade Anno de M.DC.LXXXIX.

1 Folha de rosto da 1.ª edição de *Viriato Tragico* (1699, ed. postuma) de Bras Garcia Mascarenhas.



2 - Retrato romântico de Brás Garcia Mascarellhas patente na 2.ª edição de *Viriato Trágico* (1846).

olvidando o facto de ainda não haver Portugal no tempo em que decorre a acção do seu poema, dá àqueles o nome de *portugueses*. O inimigo castelhano confunde-se a cada passo com os romanos, inimigos de Viriato. Dispondo de um pouco de observação e cuidado, chega-se à identificação deste ou daquele general ou capitão do exército de Castela com estoutro ou aqueloutro cônsul, pretor ou centurião do exército romano, e semelhantemente de alguns oficiais portugueses com comandantes do exército viriatino”.¹¹

António de Vasconcelos, noutro passo, alerta o leitor para a possibilidade (real) de diversos episódios guerreiros de Viriato narrados no poema terem sido directamente inspirados, senão reproduzidos com bastante fidelidade, das diversas batalhas peninsulares em que Brás Garcia Mascarenhas participou: “Há nestes cantos estâncias inteiras, que, descrevendo a guerra viriatina, são perfeitamente aplicáveis à campanha da restauração no outono de 1643 e na primavera e outono de 1644, desde que se substitua um ou outro nome. As circunstâncias de lugar, estação do ano e outras, a tática dos nossos e do inimigo, o resultado dos ataques, etc., tudo é perfeitamente conforme. Brás descrevia os sucessos da campanha actual na Estremadura espanhola, caracterizando as personagens que nela figuraram com traços e nomes que lhes dessem feição antiga (isto é, lusitana, *nosso*)”.¹²

Esta inspiração poética retirada da própria vida guerreira do autor não se subordina apenas aos acontecimentos militares, mas também, segundo o mesmo biografador, à própria vida de Brás Garcia Mascarenhas, que, no Canto III, ter-se-á identificado com Apuleio, comandante de Viriato mas possível romano desertor que terá capitaneado 10 000 lusitanos, narrando inclusivamente os episódios do seu casamento pessoal através de estâncias que narram o casamento entre Apuleio e Clóride. Por isso, António de Vasconcelos conclui: “Esta aproximação e sobreposição do poeta-guerreiro português Brás ao valente capitão Apulêo foi certamente propositada. Tão semelhantes são em tudo, que ao ler estes cantos mal pode passar-se a deante sem notar tão estranha semelhança; e, reflectindo um pouco, chega-se à convicção da identidade pessoal dos dois”.¹³

Enquanto “mais importante poema heroico da Restauração nacional”, no dizer do professor Pina Martins,¹⁴ a permutação entre os termos “Portugueses” e “Lusitanos” é permitida pelo mesmo vínculo semântico-ideológico de natureza patriótico, como se a extensão e a compreensão das duas palavras fossem as mesmas, apenas diferindo na sua aplicação temporal. No Canto IV, por exemplo, para descrever o exército lusitano, Brás Garcia Mascarenhas usa a expressão, logo no título do canto, de “Milícia Portuguesa”; e no Canto XV, continuando a evidenciar exemplos, Viriato deixa-se adormecer e sonha e o conteúdo do seu sonho atravessa a história de Portugal desde as origens ligadas à “Hispania” até ao conde D. Henrique (XV, 18), e deste até à Restauração (XV, 24); o mesmo canto

prosegue com a descrição épica de episódios da vida de Brás Garcia Mascarenhas, como se todo mal social e político vivido pelo autor (prisão, exílio, guerra) constituísse, desde Viriato, uma punição exigida aos portugueses ilustres para merecerem Portugal.

3 - Viriato "Português" e "Romântico"

Não se analisando todos os livros relativos a Viriato e aos Lusitanos (historiografia romana, poemas, libretos de ópera, ensaios, ...), constatamos, no entanto, que a diferentes regimes políticos ou formas de organização do Estado correspondem diferentes figurações imagético-simbólicas de Viriato.

Do "Vyaraço" "espanico" e "ladron", da *Crónica Geral de Espanha* (séc. XIV) ao Viriato "português" como patriarca moral e militar da nação de Sá de Miranda e Luis de Camões, correspondentes respectivamente à primeira e à segunda metades do século XVI, e ao Viriato "português" e extremadamente "patriota" de frei Bernardo de Brito e de Brás Garcia Mascarenhas, nas primeira e segunda metades do século XVII, correspondentes respectivamente à imagética viriatina criada sob o domínio de Castela e após o domínio de Castela e em guerra contra esta, assistimos não a alterações caprichosas e acidentais no desenho dos traços desta personagem literária por parte daqueles autores, mas, verdadeiramente, a alterações histórico-políticas de grande radicalidade, com uma conseqüente alteração na atmosfera mental e social do país que, indirectamente, e num processo de que se desconhece com rigor os contornos, gerará uma nova literatura e, dentro desta, um novo Viriato.

É assim que, no século XIX, a Monarquia Constitucional e o regime político do liberalismo vão criar o seu próprio Viriato - um Viriato "romântico". Porventura porque o romantismo genuíno valorizava os temas e ambientes medievais, como os romances de Alexandre Herculano e Almeida Garrett, e até os contos de Eça de Queirós, tão bem nos evidenciam, apenas em Teófilo Braga, em 1904, numa colecção intitulada "Alma Portuguesa",¹⁵ onde este autor reescreve algumas das grandes personagens da história-mítica de Portugal (*Frei Gil de Santarém, Linda Ignez, Os Doze de Inglaterra, Heróis Diversos das Descobertas, Camões e Gomes Freire*), surge a tematização de Viriato segundo um modelo de "narrativa epico-histórica", como é evidenciado em sub-título, e onde nos deparamos com um texto claramente ultra-romântico.

Para além desta razão (o privilégio atribuído pelos românticos aos temas medievais como fontes "puras" da nacionalidade), como causa contingente, existe uma outra, cujo valor é indubitavelmente superior. Trata-se da perspectiva de Alexandre Herculano sobre Viriato e os Lusitanos publicada na "Introdução" à sua *História de Portugal* (1846) que minimiza, inibe ou mesmo bloqueia qualquer

tratamento estético dado à figura de Viriato. Alexandre Herculano classifica Viriato de “selvagem montanhês”¹⁶, declarando taxativamente: “Portugal, nascido no século XII, em um ângulo da Galiza (...) é uma nação inteiramente moderna. Apesar, porém, da sua curta existência, ele não carece de apropriar-se (d)a glória de Sertório ou de revestir de uma importância em parte fictícia as acções de Viriato para se ensoberbecer”.¹⁷ Com este historiador, a imagética viriatina como que regressa, ideologicamente falando, a 1344 e à sua descrição na *Crónica Geral de Espanha*, isto é, Viriato nada tem que ver com a nação e o Estado portugueses, criados em germe no século XII.

É justamente por esta razão que Teófilo Braga, meio século depois, se sente obrigado a responder a Alexandre Herculano, sob pena do seu romance não possuir qualquer vínculo ideológico com o que ele próprio designa “Alma Portuguesa”. Escreve Teófilo Braga: “No tempo do grande épico (refere-se a Luis de Camões e às estâncias existentes n’*Os Lusíadas* sobre Viriato, como evidenciámos no ponto 2., *nosso*), ainda não se tinha perdido o conhecimento da relação de continuidade histórica entre Portugal e a antiga Lusitania (...) O esforço de *desnacionalização* de Portugal pela política de *unificação* ibérica veio até reflectir-se nos próprios historiadores pátrios, levando-os a considerar Portugal uma formação recente, adventícia, sem individualidade, e a Lusitania quasi como uma ficção banal dos eruditos da Renascença (*sublinhados do autor*)”.¹⁸ Entre os “historiadores pátrios”, Teófilo de Braga refere-se indubitavelmente a Alexandre Herculano por via da citação deste autor atrás destacada, e por “unificação ibérica” refere-se às consequências na literatura¹⁹ da vigência dos Filipes em Portugal entre 1580 e 1640. Em conclusão: para estatuir correctamente o papel cultural dos Lusitanos e de Viriato na genealogia histórica de Portugal é necessário retornar, segundo Teófilo Braga, a Camões e ao estatuto do povo Lusitano como povo patriarca do português.

Na sua *História do Romantismo em Portugal*,²⁰ Teófilo Braga considera que o romantismo trouxe para as “litteraturas modernas” uma “dupla expressão”: o “*Génio*” e a afirmação da “*vontade nacional*” (*sublinhados do autor*). No seu longo romance *Viriato – Narrativa epo-histórica* (1904), torna-se patente, de facto, esta “dupla expressão” como animadora e enquadradora ideológica da totalidade do texto. Inicia-se com um prefácio sobre a “Alma Portuguesa – Característica Nacional” (pp. V – XI), onde o autor descreve as características gerais da personalidade básica do povo português (capacidade de temeridade, sentimentalidade, capacidades especulativa e estética, pp. V-VI), considera que a epopeia comoniana é a incarnação destas qualidades e termina declarando que o seu romance simboliza estas capacidades, “vivificando o *typo* de Viriatho, reconstruindo poeticamente as situações lacónicas referidas nos historiadores clássicos (latinos, *nosso*); representamos artisticamente essa fibra que ainda hoje pulsa em nós, e pela qual, perante a marcha da Civilização, se afirma através dos cataclysmos políticos a ALMA PORTUGUEZA (*maiúsculas do autor*)” (pp. IX-X).

Assim, a intenção ideológica de Teófilo Braga na caracterização da imagem histórica de Viriato não nos deixa dúvidas – trata-se de acentuar e romanticamente glorificar os feitos da “Alma Portuguesa”, estabelecendo laços históricos de continuidade entre os povos lusitanos, o português medieval e a nação portuguesa contemporânea. Teófilo Braga, no “Prefácio”, deixa transparecer que uma das motivações que o teria levado a escrever esta narrativa teria sido a continua subserviência da nossa “poderosa raça”, que “teríveis desgraças” “têm acompanhado deste a romanização da península até à subserviência inglesa” (p. X). A repercussão patriótica do Ultimatum inglês de 1890 encontra-se bem patente no texto que citámos, como o está na seguinte passagem: “É este o destino da Lusitânia: será a primeira das Nações, enquanto ella servir esta tradição, enquanto um fiel aliado estrangeiro a não expoliar das suas descobertas ...”; ora, este “fiel aliado” é sem sombra de dúvidas a Inglaterra e estas palavras de Teófilo Braga obrigam-nos a destacar o enquadramento republicano e nacionalista dos autor na sua intervenção cívica até se tornar no chefe do primeiro Governo Provisório da República, em 1910, e, posteriormente, Presidente da República, em 1915.

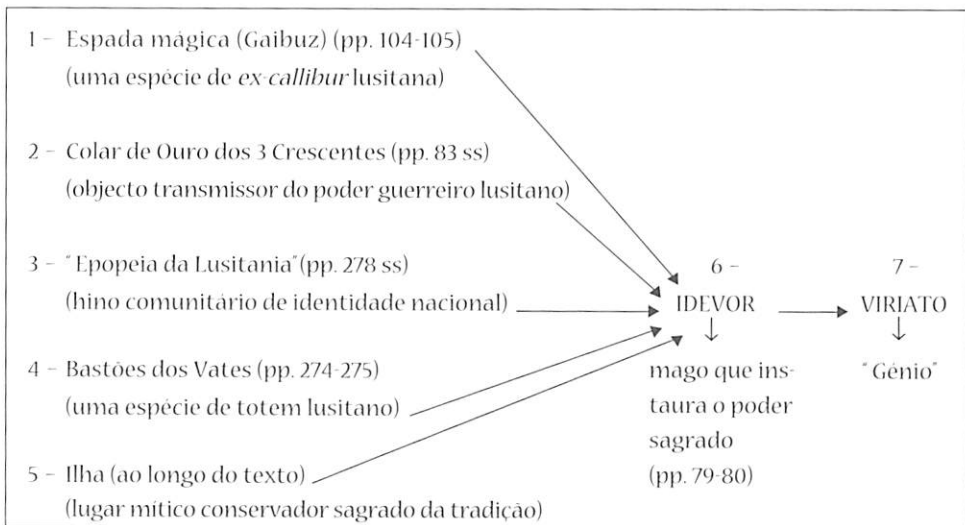
Este enquadramento ideológico do romance, de natureza pessoal, é tão evidente, que o autor põe na boca de Viriato a recusa do cargo de “Rei da Lusitânia”, que os romanos intentavam atribuir-lhe, desejando apenas o de “Amigo do Povo Romano”, já que a realeza pessoal e a monarquia como regime eram instituições estruturalmente corruptas e, portanto, injustas (pp. 206-207). Se o republicanismo de Teófilo Braga o força a enquadrar Viriato de um modo estruturalmente anti-monárquico, o seu patriotismo obriga-lo-á a criar uma longa genealogia étnico-cultural para fundamentar a história da nação e da alma portuguesas. É assim que Teófilo Braga cria uma fantasiosa continuidade mítica entre povos Hiperbóreos (povos adoradores da constelação da “Grande Ursa”, do Touro e do Ganso) (p. 279), o povo dos “Ligures” (p. 279), donde derivariam as expressões “Lusos” e “Lusitanos”, que se tornariam marítimos sob a designação de “Atlantes” (p. 280) e teriam espalhado a sua cultura por todo o Mediterrâneo. Contra a “Raça Ligúrica”, veio do “Oriente a pressão de outros povos, as gentes do Iran” (p. 281). Os romanos teriam sido o último povo semita a atacar e dominar a “Civilização dos Ligures” (p. 281), quase o exterminando na Europa. A missão dos Lusitanos, de Viriato e dos seus descendentes étnicos, como os portugueses, e segundo o romantismo de Teófilo Braga, seria a de retomar a ligação pacífica entre o Ocidente e o Oriente (p. 282). Continuando a desdobrar passos desta missão, o autor, à semelhança de Brás Garcia Mascarenhas, no canto XIII de *Viriato Trágico*, profetiza, através de uma personagem, o papel histórico dos portugueses como descendentes dos lusitanos: “Este ramo (o Lusitano, *nosso*), certo, o mais tenaz do tronco decepado da lutadora raça dos Ligures, resistindo na Hispania contra os Iberos, contra os Celtas, Persas, Phenícios, Carthaginezes, hade um dia através de todas as crises reorganizar-se outra vez como nação, e o seu poder derivará do regresso à primitiva capacidade

da raça: recomeçará as grandes Navegações do Atlântico; hade reocupar pelas suas colonias laborosas a America; fundará um vasto Imperio na Índia; dominará na Africa; e primeiro que nenhum outro povo circumdará a Terra, affirmando outra vez a supremacia pacifica como destino da Civilização occidental. Sustentar a autonomia da Lusitania é impellil-a para a realização d'este incomparável destino, - alargando pela actividade pacifica a antiga Liga hanseatica n'uma Confederação das gentes, na solidariedade humana" (pp. 282 - 283).

Nesta continuidade mitica entre Lusitanos e Portugueses, Teófilo Braga faz Viriato enfrentar e derrotar os romanos numa simbólica batalha em Ourique (p. 138), onde premonitoriamente Viriato possui uma bandeira das "Quinas" ("o balsão das Quinas", pp. 100 e 137, que no romance significa as cinco moedas devidas a Viriato por cada aldeia lusitana como simbolo da transferencia voluntária de poder senhorial) e ostenta uma espada dotada de poderes sobrenaturais (a "gaizus", pp. 117 - 120), que será recuperada por Sertório e, mais tarde, por D. Afonso Henriques (p. 356), e, ainda, retomando a lenda do Alfageme de Santarém, será entregue por este a Nuno Álvares Pereira.

Nesta história fantástica, a personagem de Viriato encarna ao modo romântico o "gênio" da "alma portuguesa" e estatui-se como o elo de continuidade ontológica entre o passado (a "Raça Lusitania") e o futuro (a nação portuguesa). Com este estatuto de personagem romântica, Viriato é envolvido por um conjunto de características imagéticas próprias das narrativas românticas e como que específicas de uma epopeia em prosa.

Podemos dividir este simbolismo num conjunto de 7 elementos diferenciados mas interpenetrados, cuja ligação unitiva entre todos, condensada no "gênio" de Viriato, constitui a trama propriamente romântica da narrativa:



É por via da operatividade mediúcnica do "endre" (p. 78) ou mago Idevor que se estabelece a auréola sobrenatural do poder encantatório de Viriato, pela qual a sua vida e obra se elevam romanticamente a Destino que atravessa a História, fundindo numa única alma ou personalidade os antigos lusitanos e os portugueses medievais, modernos e contemporâneos.

4 - Viriato "Português", "Romântico" e "Nacionalista"

Com excepção da imagética de Viriato desenhada pela *Crónica Geral de Espanha*, pela *História de Portugal* de Alexandre Herculano e por António Sérgio,²¹ que, em bom rigor, segue aquele historiador, e por um conjunto de actuais historiadores vivos (como exemplo, citamos os nomes de Jorge Alarcão,²² Amílcar Guerra/Carlos Fabião²³ e Paulo Farmhouse Alberto²⁴), o conjunto de símbolos histórico-literários em torno de Viriato tem obedecido a uma vinculação de carácter patriótico e nacionalista, como temos vindo a constatar.

Neste aspecto, o século XX não é excepção e a apologia da defesa da "Pátria" por Viriato encontra-se, na primeira metade deste século, na obra do pedagogo e democrata republicano João de Barros.

Incluído na prestigiada colecção da editora Sá da Costa, "Os Grandes Livros da Humanidade", com o fito pedagógico de tornar a ciência histórica acessível "às crianças e ao povo", *Viriato Trágico*,²⁵ de João de Barros, é, como o título indica, uma adaptação da epopeia homónima de Brás Garcia Mascarenhas, analisada no ponto 2.

Embora politicamente de raiz democrata e avesso ao regime do Estado Novo,²⁶ instaurado em 1933, João de Barros encontra-se influenciado pelo ambiente nacionalista da década de 30 quando escreve e publica a sua adaptação.²⁷ É indubitavelmente esta adaptação que servirá de modelo literário para o uso abundante da figura de Viriato entre as crianças da escolaridade básica, transferindo para a imagética histórica viriatina toda a carga ideológica nacionalista presente no Estado Novo.

Neste aspecto, porém, o nacionalismo emergente com o Estado Novo não se encontrava em contradição com os ideais mais fundos de João de Barros sobre a política educativa nacional. Já em 1916, escrevia João de Barros que "... as três grandes virtudes da democracia" da "escola nacional moderna" são "o respeito pela personalidade humana, desde o seu vago início na criança, que é a *liberdade*; o culto da Pátria, que é o *civismo*; o mútuo auxílio e assistência na vida, que é a *solidariedade* (sublinhados do autor)".²⁸ Como se constata, evidenciando-se o "culto da Pátria" como um dos três pilares fundamentais da educação cívica transmitida pela escola, segundo João de Barros, e lendo a introdução e o epílogo da adaptação,

VIRIATO TRÁGICO

DE BRÁS GARCIA DE MASCARENHAS

CONTADA ÀS CRIANÇAS E AO POVO



ADAPTAÇÃO EM PROSA
DE JOÃO DE BARROS

LIVRARIA SÁ DA COSTA EDITORA

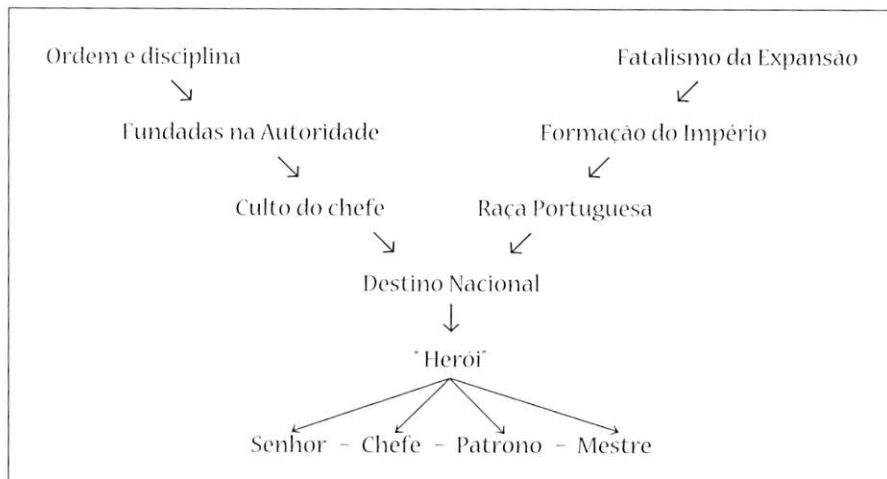
- 3 – Capa e ilustrações do livro de João de Barros: a forma do corpo de Viriato é recortada e musculada, obedecendo a uma estética dos anos 40. Viriato é apresentado com traje de pastor (valores de humildade e austeridade) e os seus sonhos são de carácter “nacionalista” (D. Afonso Henriques na Batalha de Ourique e vitória dos “Restauradores” de 1640).



4 – Ilustrações de Vasco Lopes para o romance de João Aguiar, *A Voz dos Deuses* (1984). Tal como a imagética de Viriato perdeu o seu carácter tradicionalmente dogmático, assim o seu corpo perdeu o recorte definido: são silhuetas, sombras indistintas, que emergem do fundo mítico da história. De realçar, a introdução do nu (mulheres e homem) na figuração em torno de Viriato.

não é difícil de concluir que estamos perante a concretização da sua ideia educativa e cívica da "Pátria" aplicada a Viriato e aos Lusitanos.

De facto, a expressão "Pátria", no sentido fortemente nacionalista, e outras expressões congêneres, de valor semântico aproximado segundo o contexto do livro, surgem com uma contínua frequência na adaptação de João de Barros e sempre com uma carga dramática;²⁹ conjugadas com expressões como "Lusitânia eterna" (p. 105) e "Portugueses de hoje, descendentes dos fortes e leais Lusitanos" (p. 78), harmonizam-se num quadro ideológico de carácter profunda e emotivamente nacionalista. Se conjugarmos igualmente as últimas palavras da adaptação ("... o que existe e existirá sempre é a nossa - dos portugueses, *nosso* - devoção pela memória de Viriato, **chefe e senhor** da Lusitânia doutrora, **patrono e mestre** dos Portugueses de todos os tempos ..." - p. 149, sublinhados a negro, *nosso*) com as palavras introdutórias ("Não se enfraqueceu nem desvirtuou - na adaptação, *nosso* - a convicção patriótica e nobilíssima que anima a evocadora epopeia de Brás Garcia Mascarenhas, nem se (lhe) diminuiu o alcance. A figura e a presença de Viriato - devoção eterna do coração dos portugueses - surge nestas páginas dentro dos moldes amplos e com a energia lusiada, que o seu panegirista do século XVII tão entusiasmadamente fixou" - p. 7), se conjugarmos estas duas frases - dizíamos -, constatamos que todo o livro é atravessado por uma exaltação patriótica estabelecida em termos de uma "autoridade" superior que destinou Viriato a ser quem foi, um homem de características quase divinas, fundado no culto e no estatuto de um "chefe-mestre-patrono-senhor", para o qual é transferido o poder individual do cidadão num aparente pacto de confiança e lealdade que dá continuidade no presente às virtudes ráticas e patrióticas legadas por uma antiquíssima tradição, com origem em Viriato e nos Lusitanos, como o esquema a seguir apresentado sintetiza com clareza:



5 - Viriato " Liberal"

Artur Veríssimo chama a atenção para um importante facto literário e sociológico: a última edição de *Viriato Trágico de Brás Garcia de Mascarenhas Contado às Crianças e ao Povo*, de João de Barros, coincide temporalmente com o ano da 1ª edição de *A Voz dos Deuses*, de João Aguiar, em 1984.³⁰ Tal pode significar que, de um ponto de vista da difusão popular da imagem de Viriato, o romance de João Aguiar substituiu sociologicamente, no final do século XX, a tradicional imagem viriatina criada pelo livro de João de Barros, actualmente comum a todos os Portugueses com mais de trinta anos que perfizeram a antiga "4ª Classe" (actual designação: 1º Ciclo do Ensino Básico)

Assim, a ser verdadeira esta tese, tal como a imagem simbólica de Viriato fabulada por João de Barros, a partir do epicismo patriótico de Brás Garcia Mascarenhas, foi abundantemente usada como verídica pelo regime do Estado Novo, do mesmo modo a imagem viriatina esteticamente criada por João Aguiar, e narrada em *A Voz dos Deuses*, encontra-se em harmonia com a nova mentalidade popular, democrática e liberal nascida com o regime político da III República, saído da revolução do 25 de Abril de 1974.

De facto, os valores sociais e a atmosfera mental constantes do comportamento dos cidadãos do Estado democrático português do final do século XX emergem ostensivamente ao longo da narrativa de João Aguiar, como que provando que um novo momento histórico de Portugal desenha sempre uma nova imagética simbólica sobre Viriato: **a um Portugal radicalmente europeu nos costumes, acresce um Viriato cujas atitudes e personalidade se assemelham, em essência e tanto quanto a História o permite, aos actuais costumes liberais europeus.**

Contrariamente à tese defendida por António Quadros,³¹ tentando provar que este romance de João Aguiar retrataria a "paideia" lusitana, constata-se que o sucesso de *A Voz dos Deuses*, para além de ser uma narrativa exemplarmente escrita e profundamente inovadora na tradição do romance histórico em Portugal, qualidades por si só suficientes para merecer amplo sucesso, traduz justamente, sintetizado na imagem de Viriato, uma espécie de retrato mental da constelação de valores dominantes em Portugal nos últimos 20 anos, transpostos, tanto quanto a História o permite, para a região da Lusitânia de meados do II século antes de Cristo. Como o elemento mediador entre a actual mentalidade relativista portuguesa e a mentalidade dos Lusitanos se efectuou através dos resultados científicos recentemente conseguidos sobre a figura de Viriato, o retrato feito é de facto não só convincente como popularmente atractivo.

Vejamos como a constelação de valores pessoais e sociais dominantes no "Portugal Europeu", vinculada a um **forte relativismo ético** e a um

perspectivismo gnoseológico, comuns a toda a actual Europa, se encontra em *A Voz dos Deuses* e não se encontra em outros livros de ficção sobre Viriato. Desdobrámos esta constelação axiológica em dez pontos mais importantes, cuja unidade de articulação exprime muito fortemente a influência indirecta do regime político actual no conteúdo ideológico de *A Voz dos Deuses*:³²

a - **Relativismo Gnoseológico da Verdade**: ao contrário dos restantes autores estudados, não nos é apresentado um Viriato definitivo e é desde logo afirmado que este é o "Viriato possível" (p. 359). O Viriato apresentado tradicionalmente (pastor dos Herminios) e a tese de continuidade histórica entre Viriato e Sertório e entre os Lusitanos e os Portugueses é considerada "tradição folclórica" (p. 360). Tongio, o narrador do romance, afirma categoricamente que "Viriato é um herói, não um deus" (p. 248), o que afasta toda a mitologia sobrenatural de um destino providencialista ou quase providencialista ligado à História de Portugal, como o encaram Luís de Camões, frei Bernardo de Brito, Brás Garcia Mascarenhas, Teófilo de Braga e João de Barros.

Neste sentido, o ponto de partida de João Aguiar não é o da tradição popular e mítica, mas aquele que foi atingido pelos resultados da investigação histórica recente (século XX, citando as obras de Joaquim Leite de Vasconcelos, A. Schulten e Jorge Alarcão), para além do conhecimento e alguma fidelidade às fontes dos autores clássicos. É nesta medida que Artur Verissimo afirma, com razão, que o Viriato de João Aguiar se encontra mais perto da História do que do mito.³³ Assim, o estatuto epistemológico da personagem Viriato muda radicalmente: enquanto o mito cria imagens eternas (o "Viriato eterno" dos autores acima analisados, com excepção de Sá de Miranda), a História cria sempre imagens relativas, subordinadas a conjunturas civilizacionais, não permitindo que em *A Voz dos Deuses* se declare ter-se retratado o verdadeiro Viriato.

b - **Perspectivismo Narrativo**: como consequência do ponto a., *A Voz dos Deuses* é o primeiro romance sobre Viriato em que o narrador se assume como perspectivista (uma opinião, um ponto de vista), integrando este texto no actual momento histórico do romance português que, desde a década de 60 (Maria Gabriela Llansol, Maria Velho da Costa, José Cardoso Pires, Almeida Faria, ...) negativizou a teoria da omnisciência do narrador, dando lugar ao perspectivismo narrativo, cujo ponto esteticamente mais alto pode ler-se nos romances de António Lobo Antunes da década de 90.

Tongio, o narrador de *A Voz dos Deuses* é um "estrangeiro", um Cónio de ascendência Bracara, possui uma cultura letrada, de base greco-

-romana, e será o futuro sacerdote de Endovélico, um deus estranho aos Lusitanos. Tal estatuto de "estrangeiro" não significa a postulação de uma neutralidade e objectividade, já que estas características são enunciadas, na estruturação de um romance, por um narrador exterior à história contada (teoria stendhaliana do romance como "espelho" da sociedade), e Tongio é íntimo amigo e comandante de Viriato e sempre inimigo de Roma.

Assim, ao relativismo gnosiológico do ponto a., acresce o perspectivismo ficcional como teia ideológica básica enquadradora de toda a estrutura diegética do romance, reflexo do relativismo político-social existente actualmente na sociedade portuguesa e do perspectivismo como afirmação do papel de cada indivíduo, de cada grupo ou sector social face à totalidade da sociedade.

Explicitando a mesma tese mas pela negativa, o que testemunhamos em João Aguiar é a ausência de uma imagética dogmática em torno de Viriato e dos Lusitanos, tornando-os assim literariamente mais humanos, mais produtos de circunstâncias históricas conjunturais e, portanto, menos míticos, mas também social e historicamente mais frágeis.

- c – **Viriato Racionalista:** Viriato desenhado em *A Voz dos Deuses* é uma personagem racionalista, quase um iluminista no sentido de parecer possuir a crença que nenhuma força sobrenatural entrava a acção vitoriosa dos Lusitanos senão as suas próprias carências militares, erros de estratégia e falta de recursos humanos; por outro lado, nenhum deus especial favorece os romanos senão, também, os seus meios materiais abundantes, a sua disciplina militar e a sua imensa quantidade de legionários. Assistindo aos rituais religiosos, informando-se dos vaticínios dos áugures e respeitando a devoção das suas tribos, Viriato, porém, parece só confiar nas suas estratégias de cerco, nas armadilhas que monta, nos falsos ataques e falsas retiradas que congemma. Como escreve João Aguiar, Viriato era "um estratega, um diplomata e um eloquente" (p. 248), ou seja, Viriato é apresentado como um homem que não obedece aos impulsos emotivos (Táutalo, seu comandante, é, contrastivamente, na técnica da elaboração do romance, apresentado exactamente como o oposto de Viriato, isto é, como um homem instintivo), mas, diferentemente, submete estes impulsos a um forte controle da razão.

Neste Viriato da era da planificação global e dos sistemas logísticos de controle, é sempre a razão que estabelece os meios apropriados ao fim desejado e este, por sua vez, é estabelecido em função de uma rede de informações (os mensageiros) que lhe permite entrever a melhor solução possível no ataque, na defesa ou na retirada.

d - **Viriato entre o Local e o Global:** o Viriato apresentado em *A Voz dos Deuses* é uma personagem que se orgulha da sua raiz étnica lusitana e peninsular, mas que se encontra permanentemente aberto (negoceia com tolerância) a todos os povos iberos, desejando-os como aliados e parte integrante do seu exército unificado, e até aberto, a partir do cap. XV, p. 321, quando solicita o título de *amicus populi Romani*, a aceitar a permanência dos romanos em território peninsular.

Não existe neste Viriato de João Aguiar manifestações de enclausuramento mental nos costumes da sua tribo ou no arreigamento a um território ibérico simbolicamente definido. É um Viriato que aceita tolerantemente os deuses alheios e os costumes de outras tribos, e, sobre os primeiros, até pratica devoção aos deuses de outros territórios quando por estes passa. Está sempre preparado para negociar com outros chefes tribais sobre uma possível unificação global de todas tribos ibéricas, tal como actualmente o cidadão português se sente vinculativamente português, mas também se sente de certo modo cidadão europeu. **É como se Viriato se sentisse simultaneamente lusitano e ibero e a ambas as raízes se sentisse ligado, como os actuais portugueses na sua relação imagético-simbólica com Portugal e com a Europa.**

Com esta caracterização de Viriato, João Aguiar afasta radicalmente toda a imagética fortemente nacionalista e patriótica atribuída a Viriato desde o século XVI, fazendo retornar a sua figura à visão que o século XIV possuía de Viriato como um "ibero" ou "hispânico", e não vinculado a nenhuma nacionalidade.

Assim, a personagem de Viriato é-nos apresentada como uma personagem onde se cruzam simultaneamente valores de tradição (os rituais comunitários lusitanos) e valores de modernidade (o apelo civilizacional dos valores cosmopolitas de Roma) e que sente, ele próprio, que os valores por que foi educado e que moldaram a personalidade colectiva do seu povo estão a ser esmagados e ultrapassados pelos novos valores do cosmopolitismo romano, tal como actualmente os portugueses nascidos até à década de 50, inclusivé, sentem que os valores por que foram educados estão a ser ultrapassados pela onda imparável dos novos valores e costumes de origem europeia e, na maioria das vezes, de origem norte-americana. Como pungentemente explica Arduno a Tongio, nas pp. 345-346, suplicando que este não lhe cure as feridas, mas apresse a sua morte: "Quero escolher o tempo da minha morte. Acabou tudo - não compreendes, Tongio? O nosso mundo vai acabar. Roma vai dominar a Ibéria. Teremos de viver com os seus deuses, os seus magistrados, as leis

romanas, complicadas e subtis, os prejuíros, os tributos, os impostos ... não quero viver nesse mundo, Tongio; só sei viver com os deuses e as leis simples e sagradas da minha tribo". Sem forçarmos a comparação, não é impossível, e até talvez seja mesmo provável, que se substituirmos Roma por Europa e Ibéria por Portugal, este grito de Arduo esteja a ser clamado por muitos portugueses actuais, principalmente os pertencentes a grupos sociais menos cosmopolitas e mais arreigados a valores centenários genuinamente portugueses.

- e - **Viriato como Líder Democrático:** as qualidades pessoais por que João Aguiar determina a personalidade de Viriato fazem deste, mais do que um pastor, um rude montanhês ou um astucioso e corajoso chefe guerreiro de proveniência humilde, um autêntico líder político actual: São atribuídos a Viriato, em *A Voz dos Deuses*, as seguintes qualidades: 1. - a todos atende e ouve, mas decide pela sua própria razão; 2. - corajoso, mas solitário; 3. - sóbrio nos seus comportamentos, mas aceita a diversão e a pilhagem populares; 4. - Não se deixa levar pelas suas emoções e sentimentos imediatos, mas age ponderadamente, equilibrando os diversos riscos com os possíveis ganhos; 5. - é leal e exige lealdade; 6. - é disciplinado e exige disciplina; 7. - não aceita impor-se pela força entre os diversos chefes lusitanos, mas a penas aceita o poder se precedido de negociações e consenso; 8. - cumpre sempre a sua palavra.
- f - **Consenso e Repeito pela Vontade dos Outros:** Viriato não se impõe e afirma reiteradamente que obedecerá a um chefe superior que mereça o consenso de todas as tribos lusitanas. Nada neste retrato de Viriato feito por João Aguiar denota uma vontade sobrenatural ou uma mão divina a guiar-lhe o caminho, excepto o carisma próprio dos grandes líderes ("... a chama do poder brilhava nele como se fosse uma couraça de metal", pp. 94-95). A sua ascensão ao poder lusitano é feita de esperas, de oportunidades conseguidas, de evidenciação de valentia e disciplina e, finalmente, do sucesso aguardado: "Ainda me esqueço de que não conheces bem os Lusitanos ... vês tu, Tongio, as nossas tribos e clãs são muito agarrados à sua independência. Nunca seria possível juntá-los sem que sentissem uma necessidade extrema; se eu falasse mais cedo, cada chefe pensaria ter uma ideia melhor e ninguém se entendia. Era preciso que se entendessem para sobrevivermos. De resto, a questão não acabou, os nossos povos e os chefes têm de compreender que os tempos mudaram" (p. 162).
- g - **Interculturalismo:** com excepção dos deuses romanos, em *A Voz dos Deuses*, os deuses tribais não esmagam outros deuses, mas respeitam a pluralidade de crenças, e os companheiros de Viriato, embora de tal se

desgostem, sentem-se impotentes para acabar com os sacrifícios humanos realizados em certas tribos. No final das Assembleias, os sacerdotes de todas as tribos promovem sacrifícios animais em conjunto e em conjunto invocam o benefício dos seus deuses. Aliás, o próprio Viriato, encontrando-se em território entre o rios Tagus e Anas, onde os povos adoravam o deus Endovêlico, faz libações a este deus não lusitano (p. 101), justificando-se a Tongio: "... quando um guerreiro viaja aprende a conhecer e a respeitar os deuses dos vários lugares" (p. 104).

- h - **Valores de Cooperação entre os Sexos:** neste romance, e tanto quanto o rigor histórico o permite, as mulheres são respeitadas por Viriato e por Tongio, são tratadas correctamente, mesmo escravas, como Lobessa, ou meninas, como Sunua, que Tongio recusa a desvirgindar, ou como Tangina, noiva e mulher de Viriato, ou Camalo, um Cónio, que trata muito polidamente sua irmã Camala, apaixonado por um Brácaro. *A Voz dos Deuses* é, de facto, um romance que privilegia o lugar da mulher, não a tratando como uma sombra social, e por vezes lamentando que os saques dos vencedores passe inevitavelmente pela violação das mulheres. Viriato nunca comete violência sobre mulheres, livres ou escravas.
- i - **Aceitação das Minorias:** Apuleio e Cúrio, dois chefes que combatem nas hostes lusitanos, embora como chefes independentes, possuem uma relação de homossexualidade assumida, com conhecimento de outros chefes e combatentes. Aliás, o funeral de ambos os "príncipes" é uma das páginas mais belas deste romance (pp. 310-311).
- j - **Síntese:** Dificilmente um homem assim poderia ter sido designado como "selvagem montanhês" por Alexandre Herculano e António Sérgio. O talentoso Viriato de João Aguiar é, sem dúvida, tendo em conta que estamos no reino da ficção, a mais bela e mais completa figuração imagética alguma vez narrada sobre a sua vida e obra - e a mais bem documentada também. E porque interiormente ao romance todos os seus elementos se harmonizam e, exteriormente, os seus símbolos e valores se acordam com os valores dos portugueses de hoje, *A Voz dos Deuses* tem tido e continuará a ter um reconhecido êxito ... até que uma nova configuração histórica gere uma nova literatura e, com esta, um novo Viriato (talvez um Viriato "virtual").

6 - Conclusão

Tendo-se percorrido 500 anos de literatura portuguesa em torno da personagem de Viriato, constatou-se que o delineamento simbólico-imagético da sua personalidade ia sofrendo profundas alterações à medida que as estruturas do poder político nacionais iam igualmente sofrendo profundas alterações, numa correspondência que deixa bem visível a relação de interdependência entre Estado e Literatura, ambos como sub-estruturas internas da História.

Deste modo, do Viriato "português", com diferentes acentos de patriotismo conforme é descrito por autores do século XVI, vinculados à Expansão Marítima (Sá de Miranda e Luis de Camões) ou do século XVII, vinculados à perda da Independência ou a à sua Restauração (frei Bernardo de Brito e Brás Garcia Mascarenhas), ao Viriato "romântico" e anti-monárquico de Teófilo Braga, ao Viriato "nacionalista" de João de Barros, modelo ideológico de popularização da figura superior do "mestre-senhor-patrono-chefe", que em tudo se sacrifica para glorificação da "pátria", e ao Viriato "liberal" de João Aguiar, o Viriato dos nossos tempos, tentou-se provar que a esfera do saber literário não só não é exterior às outras esferas sociais como, inclusivamente, sofre destas um forte efeito de repercussão imagético-ideológico, principalmente da fundamental entre todas que é a do poder político.

Notas

¹ *Crónica Geral de Espanha de 1344*, Ed. Crítica do Texto Português por Luis Lindley Cintra, Lisboa, Ed. da Academia Portuguesa de História, 1951, Vol. II, cap. LXVI, pp. 100 - 103.

² Para uma perspectiva da relação entre as fontes históricas e a imagem mítica de Viriato, segundo um enfoque muito diferente do aqui apresentado (relações poder político - literatura), cf. Artur de Sousa Veríssimo, *Viriato, o Mito de Antemanhã (Mito e Identidade Nacional)*, Ponta Delgada, ed. policopiada, 1997 (Tese de Dissertação de Mestrado em Cultura e Literatura Portuguesas, na Universidade dos Açores, orientada pelo Prof. Dr. Machado Pires).

³ Fernando Pessoa tem, em *Mensagem*, os mais belos versos algumas vez escritos sobre Viriato:

*Teu ser é como aquella fria
Luz que precede a madrugada.
E já o ir a haver o dia
Na antemanhã, confuso nada.*

F. Pessoa, "Mensagem", I, II (1934), in *Obra Poética*, Ed. de Maria Aliete Galhoz, Rio de Janeiro, Ed. Nova Aguilar, 1981, p. 6.

⁴ A imagem de Viriato como rude pastor, homem frugal e em tudo sóbrio, deve-se a formação estoica de dois historiadores, Possidónio e Diodoro, que admiravam todas as formas de existência social que contemplassem uma estreita relação com a natureza, considerando decadentes as manifestações de cosmopolitismo. Cf. retrato moral e físico de Viriato em Diodoro Siculo e Dion Cássio transcrito em Paulo Farnhouse Alberto, *Viriato*, Mem Martins, 1996, pp. 60-62.

⁵ "Carta a António Pereira, Senhor do Basto, Quando se Partiu para a Corte co'a Casa Toda", in *Sã de Miranda, Poesias Escolhidas*, Introd., Selecção, Aparato Crítico, Tabua de Concordância e Glossário por José V. de Pina Martins, Lisboa, Ed. Verbo, 1969, pp. 93-94.

⁶ A organização da edição d'*Os Lusíadas* donde se retiraram as estâncias pertence a António José Saraiva, Porto, Ed. Figueirinhas, 2 Volumes, 1978.

⁷ Sobre o nome de Viriato, cf. Paulo Farnhouse Alberto, *op. cit.*, p. 33.

⁸ Frei Bernardo de Brito, *Monarquia Lusitana*, Introd. de A. da Silva Rego, Notas de A. A. Banha de Andrade e M. dos Santos Alves, Lisboa, Ed. Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1973. Desta obra, em 8 "Partes", apenas foi consultada a "Parte I" e optámos por citar os "Livros", "Capitulos" e "Folhas" no interior do texto para não sobrecarregar as notas.

⁹ Brás Garcia Mascarenhas, *Viriato Trágico em Poema Heróico* (1699), Reedição fac-similada com apresentação de José V. de Pina Martins, Lisboa, Ed. Calouste Gulbenkian, 1996.

¹⁰ Com segurança, apenas sabemos que a redacção de *Viriato Trágico* decorreu depois de 1640, data da Restauração da Independência, ao longo dos intervalos da batalhas da guerra com Castela, em que o autor participava, e durante os seus ultimos anos de vida (morreu em 1656).

¹¹ António de Vasconcelos, *Brás Garcia Mascarenhas, Estudo de Investigação Histórica*, Reedição fac-similada com apresentação de José V. de Pina Martins, Lisboa, Ed. Calouste Gulbenkian, 1996, p. 297.

¹² *Idem*, p. 299.

¹³ *Idem*, p. 304.

¹⁴ Brás Garcia Mascarenhas, *Viriato Trágico ... reed. cit.*, p. XIV.

¹⁵ Teófilo de Braga, *Viriato, Narrativa epo-historica*, Porto, Livraria Chardon e Lello & Irmão, Editores, 1904, colecção "Alma Portuguesa" anunciada na folha de rosto.

¹⁶ Alexandre Herculano, *História de Portugal*, Prefácio e Notas Criticas de José Mattoso, Venda Nova, Bertrand ed., 1989, T. I, p. 51.

¹⁷ *Idem*, p. 82.

¹⁸ Teófilo de Braga, *Viriato, Narrativa ... ed. cit.*, pp. VII - VIII.

¹⁹ Cf. Teófilo de Braga, "Renascença", in *História da Literatura Portuguesa*, II, Mem Martins, Ed. Europa - América, s/d., p. 330, uma breve nota sobre a relação entre a "unificação ibérica" e a literatura.

²⁰ Cf. Teófilo de Braga, *História do Romantismo em Portugal*, Ed. fac-similada, Lisboa, Ed. Ulmeiro, colecção Universitária, 1984, p. 12.

²¹ Cf. António Sérgio, "Despretensiosos Informes sobre Lusitanos e Romanos destinados a um compêndio popular da História de Portugal" (1941), in *Ensaios*, T. VII, Lisboa, Sá da Costa, 1974, pp. 7-14.

²² Jorge Alarcão, *O Dominio Romano em Portugal*, Mem Martins, Ed. Europa - América, s/d., pp. 15 - 30; *Portugal Romano*, Lisboa, Ed. Verbo, 1987, pp. 17 - 64.

²³ Amílcar Guerra e Carlos Fabião, "Viriato, Genealogia de um Mito", in revista *Penélope*, Nº 8, Lisboa, Ed. Quetzal, pp. 9-23.

²⁴ O pequeno livro de Paulo Farnhouse Alberto sobre Viriato, acima citado, é de facto uma preciosidade pelo rigor na apresentação dos factos históricos e pela metodologia de apresentação.

²⁵ João de Barros, *Viriato Trágico, Adaptação em Prosa do Poema de Brás Garcia de Mascarenhas*, Lisboa, Ed. Sá da Costa, 1980 (1ª ed. ao longo da década de 30; Artur Verissimo sugere o ano de 1940, cf. NOTA 27).

²⁶ João de Barros foi demitido do seu cargo de Director-Geral do Ensino Secundário ainda durante o regime de "Ditadura", em Novembro de 1928, que antecedeu a formação do Estado Novo. Sobre este assunto cf. Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal, Desde a Fundação da Nacionalidade até ao fim do Regime de Salazar-Caetano*, Lisboa, Ed. Calouste Gulbenkian, 1986, p. 720.

²⁷ Artur Veríssimo, na tese citada, aponta a data de 1940 (Cf. Artur de Sousa Verissimo, *op. cit.*, p. III); por sua vez, José V. de Pina Martins declara que a adaptação de João de Barros foi editada "nos anos 30" (Cf. José V. de Pina Martins, "Estudo sobre o Valor Literário do *Viriato Trágico* de Brás Garcia Mascarenhas", in reedição fac-similada de *Viriato Trágico ... ed. cit.*, p. X).

²⁸ João de Barros, "Prefácio", in *Educação Republicana*, Lisboa, Aillaud & Irmãos, 1916.

²⁹ Ao longo da adaptação de João de Barros, a palavra "Pátria", num sentido emotivamente exaltado, surge nas seguintes páginas: 14, 21, 57, 59, 79, 81, 95, 98, 102, 110, 113, 114, 115, 120 e 148. Como Paulo Farmhouse Alberto cita, Mendes Corrêa, no "Prefácio" às 1ª e 2ª edições de *Viriato*, de Adolf Schulten (Porto, Ed. Renascença Portuguesa, 1927 e 1940, respectivamente), declara: que "a glória de Viriato (...) refulge, autêntica e formidável, na primeira página da história pátria" e a sua "fama e o seu exemplo ecoarão pelas quebradas dos séculos e nas almas das gerações enquanto houver justiça e portugueses sobre a terra" (*apud* Paulo Farmhouse Alberto, *Viriato ... ed. cit.*, p. 8).

³⁰ João Aguiar, *A Voz dos Deuses*, Lisboa, Ed. Perspectivas & Realidades, 1984 (citaremos a partir da 19ª edição, Porto, Ed. Asa, 1997, que mantém a numeração das páginas idêntica à da 1ª edição).

³¹ Antônio Quadros, *A Ideia de Portugal na Literatura Portuguesa dos Últimos 100 Anos*, Lisboa, Fundação Lusíada, 1989, pp. 246 - 249.

³² Num relatório público interno ao Ministério da Educação, elaborado por Carla Cibebe de Figueiredo e por Augusto Santos Silva, datado de Março de 1999, sobre um conjunto de temas relativos aos efeitos das diversas reformas educativas, e intitulado *Educação para a Cidadania no Sistema Educativo Português (1974-1999)*, Lisboa, Ministério da Educação, 1999, p. 14, pode ler-se: "No que toca às disciplinas de formação geral, a mudança mais importante, associada ao processo de democratização, ocorreu provavelmente com a História. Ela havia sido fortemente marcada pela ideologia do Estado Novo, e sistematicamente utilizada para a inculcação dos valores nacionalistas e católicos que o regime tomava como determinação histórica da "Pátria Portuguesa". Ora, com a instauração da democracia, a História passou a assumir, finalmente, a sua natureza de ciência social; e o seu papel formativo passou a ser pensado nesse quadro: o conhecimento científico do passado, a compreensão dos valores, símbolos e identidade nacionais através dele e a aquisição e treino de uma consciência crítica tornaram-se, consensualmente, as grandes contribuições esperadas do seu ensino. E a nova preocupação de situar e entender Portugal no mundo, contrariando assim o fechamento típico do nacionalismo, permitiu habilitar os jovens para uma atitude de abertura e encontro, que a integração na Comunidade Europeia haveria de potenciar". Ora, a imagética simbólica ligada aos dois "Viriatos" reinantes no Século XX, o de João de Barros e o de João Aguiar, encontra-se aqui muito bem distinguida como enformação dos dois programas didácticos da disciplina de "História" leccionado no ensino básico e secundário.

³³ Artur de Sousa Verissimo, *op. cit.*, p. 129.